

ZPE

A22290

ZPE capixaba: nova derrota à vista?

HELSON BRAGA

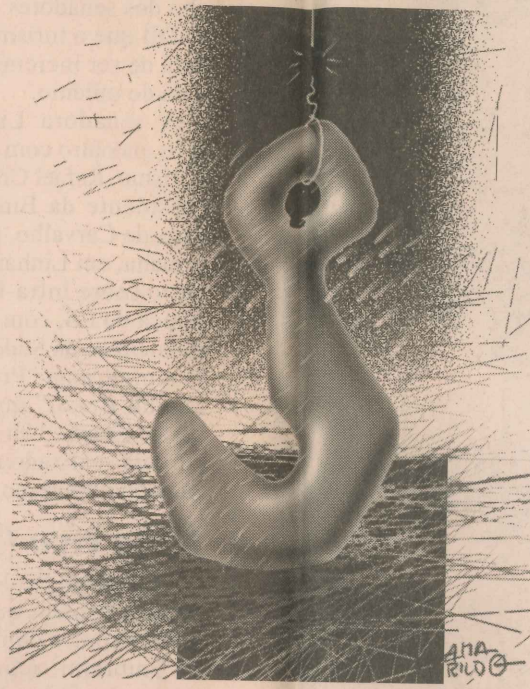
A luta pela Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Espírito Santo já dura cinco anos. Criada inicialmente no município de Vila Velha, ela não pôde ser ali implantada, em virtude de problemas incontornáveis para a disponibilização do terreno proposto. Diante disso, uma segunda localização foi definida, desta vez no município da Serra, após um amplo e democrático processo seletivo, conduzido pelo Governo Buaiz, de que participaram seis municípios interessados. A mudança foi, então, solicitada ao Governo federal, uma vez que essa providência requer a edição de um decreto presidencial.

Contudo, esta legítima pretensão do Espírito Santo tem sido sistematicamente bloqueada por certos setores próximos ao presidente da República, que se opõem ao projeto. Gestões desenvolvidas pelas mais expressivas lideranças políticas do Estado foram olímpicamente ignoradas, numa clara manifestação de desprezo e desconsideração pelos interesses do Espírito Santo.

Seria, então, o caso de o Espírito Santo reconhecer sua impotência para fazer valer seu direito de utilizar um instrumento de desenvolvimento que 16 outros Estados já obtiveram (o que representa uma inaceitável discriminação contra o Espírito Santo), e desistir da luta? Ou, simplesmente, concluir que o projeto, afinal, não é tão importante assim, e que, portanto, não vale a pena desgastar-se politicamente junto aos poderosos (paulistas) de Brasília?

Em primeiro lugar, a ZPE é, e muito, importante para a economia do Estado. As ZPE são hoje, no mundo inteiro, um dos mais importantes mecanismos para alavancar o desenvolvimento industrial, sobretudo de regiões que, como o Espírito Santo, têm uma clara vocação para o comércio exterior. Os exemplos de ZPE bem sucedidas incluem os Estados Unidos (mais de 300 ZPE, que geram 1 milhão de empregos e giram US\$ 160 bilhões anualmente), a Europa (33 zonas francas, e só a de Barcelona emprega 30 mil pessoas), a Ásia (onde praticamente todos os países têm ZPE, sendo que a China Comunista baseou nelas toda a sua estratégia de crescimento voltado para o exterior) e a América Latina (todos os países da América Central, da Comunidade Andina e do Mercosul, têm ou estão implantando ZPE). Relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho, no ano passado, dá conta de que existem atualmente mais de 850 ZPE no mundo e que o emprego por elas gerado alcança 27 milhões de pessoas.

O Espírito Santo possui uma excelente estrutura portuária e é possivelmente o Estado brasileiro que apresenta maior potencial e vocação industrial para operar com sucesso uma ZPE. Esta é, seguramente, a melhor oportunidade, surgida em



O ES APRESENTA O MAIOR POTENCIAL E A VOCAÇÃO INDUSTRIAL PARA OPERAR UMA ZPE

anos, para alavancar definitivamente o desenvolvimento do Estado. Não chega a surpreender, portanto, o empenho com que os defensores de uma cômoda hegemonia paulista no âmbito federativo resistem à ZPE capixaba.

O que surpreende, na verdade, é a falta de percepção que as lideranças políticas do Espírito Santo aparentam ter desta situação, bem como da importância estratégica de sua ZPE. Surpreende, sobretudo, a falta de decisão política para defender, com a necessária determinação e firmeza, um projeto de tamanho potencial desenvolvimentista.

A coragem e o acerto das medidas administrativas pelo governador José Ignácio logo nos primeiros dias de sua gestão – e que lhe deram imediato e merecido reconhecimento nacional – abriram novas e alentadoras perspectivas de que, finalmente, teríamos uma voz suficientemente forte e afirmativa para obter do Presidente da República a ZPE do Estado. Reforçavam essa expectativa o fato de o Governador pertencer ao mesmo partido do presidente e também o seu conhecimento da matéria, que já fora objeto de pronunciamento seu no plenário do Senado Federal. Reunião realizada com o governador José Ignácio, no Palácio

Anchieta, no começo de fevereiro, não deixou dúvidas, para seus vários participantes, da sua determinação de negociar diretamente com o presidente da República e garantir a ZPE do Espírito Santo.

Isso não parecia uma tarefa particularmente difícil. Afinal, o pedido estava perfeitamente de acordo com uma lei em vigor (da qual 17 outros Estados já tinham se beneficiado), o projeto cria empregos e aumenta as exportações (que são os grandes desafios dos dias atuais), não requer um real do Governo federal (será todo financiado pela iniciativa privada) e é inteiramente compatível com o restante da política industrial e de comércio exterior, bem como com as regras da Organização Mundial de Comércio e com os compromissos assumidos junto ao Mercosul.

Contra mesmo, só havia a resistência absolutamente ilegal e arbitrária (inexplicável em tempos supostamente democráticos e de transparência do processo decisório), movida justamente por funcionários incumbidos do cumprimento das leis do país, os quais não apresentaram, até agora, nenhuma justificativa minimamente consistente e convincente para o boicote ostensivo aos legítimos interesses do Espírito Santo.

Sempre que instados a explicitar suas objeções, tais funcionários invariavelmente recorrem a chavões equivocados – do tipo “as ZPE não têm nada a ver com a abertura da economia”, “são incompatíveis com o Mercosul” e outras (neo)bobagens equivalentes –, que mal disfarçam o desconhecimento técnico do assunto, o preconceito regionalista e ideológico (remanescente dos anos 60) e a defesa de interesses paulistas, supostamente ameaçados (o que, também, é um diagnóstico errado) pela emergência de outros pólos industriais de grande potencial de desenvolvimento. E o governador foi exaustivamente alertado para essas esfarrapadas e diversionistas explicações que encontraria.

No entanto, decorridos vários dias, e após sabidos encontros do governador José Ignácio no Palácio do Planalto, estabeleceu-se um preocupante e sintomático silêncio a respeito do assunto. Procurado pela imprensa. Sua Excelência tem evitado falar sobre a ZPE do Espírito Santo. Já assistimos a este filme antes, quando outras lideranças políticas do Espírito Santo, com extensa folha de prestimosos serviços prestados ao Governo federal, também sucumbiram ante o poder intimidador e sedutor do Poder Central. Tem sido sempre mais conveniente sacrificar um interesse fundamental (mas, infelizmente, pouco difundido junto ao grande público) do Estado.

Ainda mantemos a esperança de estar fazendo uma leitura equivocada e precipitada do que, de fato, está ocorrendo na condução das negociações políticas relativas ao assunto. Mas a experiência e o “andar da carruagem” sugerem que nova (e talvez definitiva) derrota está à vista... Pobre Espírito Santo!

■ HELSON BRAGA é presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe)